

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito, DOURADOS, Matutino (2017) - 4ª Série

Professor: ALEXANDRE LIMA SIQUEIRA

Disciplina: Direito Civil – Família e Sucessões - Turma "U"

Carga Horária: 136 h

Período Letivo: 02/2022 a 12/2022

Ementa:

A família: origem e evolução histórica. A família e a Constituição Federal. Direito de Família: Conceito e abrangência, a natureza das normas de Direito de Família. Características; Direito-dever, irrenunciabilidade, pessoalidade e intransmissibilidade. Da divisão do Direito de Família. Do Direito Parental: relações de parentesco, filiação, adoção, poder familiar e alimentos. Direito matrimonial: casamento, conceito, natureza jurídica e finalidade. Processo de habilitação e celebração. Existência e validade do casamento. Nulidade e anulabilidade. Casamento putativo. Regime matrimonial de bens. Efeitos jurídicos do casamento: direitos e deveres dos cônjuges. Dissolução da sociedade conjugal: morte, nulidade e anulação, divórcio. Direito Protetivo: da tutela, da curatela e da ausência. Noções gerais e conceito. Espécies de sucessão. Tempo e lugar da abertura da sucessão. Comoriência. Capacidade para suceder. Transmissão da herança. Renúncia da herança: formas e efeitos. Herança jacente. Petição de herança. Da indignidade. Da ordem de vocação hereditária. Sucessão Testamentária. Testamento. A liberdade de testar e seus limites. Espécies de testamento. Formas de testamento. Deserdação. Revogação. Legados. Inventário e Partilha.

Objetivo:

- Transmitir aos alunos conhecimentos teóricos fundamentais acerca da disciplina, sob o enfoque ontológico e teleológico, com destaque para a dogmática instalada a partir do novo Código Civil brasileiro e seus princípios informadores, com vistas à sua preparação para o exercício profissional nesta e em outras áreas do Direito;
- Desenvolver no aluno uma visão ampla do ordenamento jurídico a partir da teoria crítica e dos valores sociais constitucionalmente consagrados.

Conteúdo:

1 - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1.1 O Direito de Família.

1.2 Conceito, conteúdo e caracteres.

1.3 Características e princípios.

1.4 A família: conceito, origem e evolução histórica até os dias atuais (casamento, união estável, união de pessoas do mesmo sexo e família monoparental)

1.5 A constitucionalização do Direito de Família.

2 - ESPONSAIS OU PROMESSA DE CASAMENTO

2.1 Conceito.

2.2 Efeitos da ruptura do casamento no Direito Brasileiro.

3 - CASAMENTO

3.1 Conceito, natureza jurídica, caracteres e finalidades.

3.2 Requisitos e pressupostos.

3.3 Processo de habilitação.

3.4 Capacidade para o casamento.

3.4.1 Impedimentos, conceito e classificação.

3.4.2 Das causas suspensivas.

3.4.3 Oposição.

- 3.5 Celebração e prova do casamento.
- 3.6 Suspensão da cerimônia.
- 3.7 Casamento civil e casamento religioso.
- 3.8 Ineficácia e irregularidades do casamento.
- 3.9 Casamento putativo.
- 3.10 Teoria do casamento inexistente.
- 3.11 Efeitos jurídicos do casamento.
- 3.12 Direitos e deveres dos cônjuges.

4 - REGIME DE BENS

- 4.1 Conceito.
- 4.2 Regime legal.
- 4.3. Regime obrigatório da separação total de bens.
- 4.4. Pacto antenupcial: estipulações permitidas, estipulações proibidas, formalidades e eficácia.
- 4.5. Doações antenupciais, doações realizadas pelos próprios cônjuges e doações realizadas por terceiros.
- 4.6. Mutabilidade do regime de bens.
- 4.7. Regime da Comunhão Parcial de Bens: bens comuns, bens particulares, aqüestos, administração doméstica e patrimonial.
- 4.8. Regime da Comunhão Universal de Bens: bens comuns, bens incomunicáveis, bens reservados da mulher que exerce profissão lucrativa antes da Constituição Federal de 1988, administração doméstica e patrimonial.
- 4.9. Regime da Separação Total de Bens: espécies, bens comuns e bens particulares, aqüestos, administração doméstica e patrimonial.
- 4.10. Regime da Participação Final nos Aqüestos: bens comuns e bens particulares, administração doméstica e patrimonial.
- 4.11. Bem de Família.

5 - DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL

- 5.1 Separação judicial.
 - 5.1.1 Contenciosa.
 - 5.1.2 Consensual.
- 5.2. Divórcio.
 - 5.2.1 Extinção do divórcio-conversão
 - 5.2.2. Divórcio direto
 - 5.2.3. Efeitos
- 5.3. Efeitos e proteção dos filhos

6- DIREITO PARENTAL.

- 6.1 Conceito
- 6.2 Filiação
 - 6.2. Reconhecimento: presumido, espontâneo e judicial.
- 6.3. Parentesco consanguíneo, por afinidade, civil e filiação sócioafetiva.
- 6.4. Adoção e seus efeitos.

7 - PODER FAMILIAR

- 7.1 Evolução e conceito
- 7.2 Quanto à pessoa e quanto aos bens do filho.
- 7.3 Cessaçã, suspensão e perda.

8 - UNIÃO ESTÁVEL

- 8.1 Concubina, companheira, convivente: distinções na jurisprudência e na legislação.
- 8.2 Pressupostos de existência da União Estável e caracterização do Concubinato.

- 8.3 Efeitos da União Estável e os efeitos do Concubinato.
- 8.4 Uso do nome do companheiro pela companheira/convivente.
- 8.5 As Leis 8.971/94; 9.278/96 e o Código Civil de 2002.
- 8.6 Dissolução da União Estável.
- 8.7 Análise das Súmulas 380 e 382 do STF.
- 8.8 Análise jurisprudencial.

- 9 - UNIÃO HOMOAFETIVA
 - 9.1 Terminologia e conceito
 - 9.2 Tratamento legal
 - 9.3 Registro administrativo das parcerias civis
 - 9.4 Efeitos jurídicos decorrentes da união homoafetiva – pessoais, patrimoniais, alimentos, regime de bens, direito sucessório
 - 9.5 Adoção por casais homossexuais
 - 9.6 Estatuto das Famílias e união homoafetiva

- 10 - FAMÍLIA MONOPARENTAL
 - 10.1 Conceito jurídico e classificação
 - 10.2 Importância social da família monoparental
 - 10.3 Tutela jurídica
 - 10.4 Extinção da família monoparental

- 11 - ALIMENTOS.
 - 11.1 Conceito, natureza e casos especiais.
 - 11.2 Provisionais.
 - 11.3 Revisão e cessação
 - 11.4 Alimentos gravídicos

- 12. TUTELA
 - 12.1. Conceito e espécies.
 - 12.2. Incapacidade e escusas para o exercício.
 - 12.3. Exercício, cessação e prestação de contas.

- 13. CURATELA
 - 13.1 Conceito e espécies.
 - 13.2 Ausência.

- 14. DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA

- II. DIREITO DAS SUCESSÕES
 - 1.1 DA SUCESSÃO EM GERAL
 - 1.2 Acepção jurídica, espécies e abertura da sucessão.
 - 1.3 Transmissão da herança.
 - 1.4 Generalidades, momento da transmissão da herança.
 - 1.5 Lugar da abertura, importância e foro competente para o inventário.
 - 1.6 Inventariante (função e critérios para nomeação).
 - 1.7 Objeto da sucessão hereditária (noção e indivisibilidade da herança).
 - 1.8 Capacidade e incapacidade sucessórias.
 - 1.9 Aceitação da herança.
 - 1.10 Renúncia da herança.
 - 1.11 Cessão da herança.
 - 1.12 Herança jacente e vacante.

2. DA SUCESSÃO LEGÍTIMA

2.1 Ordem de vocação hereditária.

2.2 herdeiros necessários

2.3 Direito de representação.

3. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

3.1 Conceito e normas da sucessão testamentária.

3.2 Restrições à liberdade de dispor.

3.3 Testamento (conceito, capacidade, formas e disposições testamentárias e testamenteiro)

3.4 Codicilo.

3.5 Legado.

3.6 Direito de acrescer entre herdeiros e legatários.

3.7 Substituições.

3.8 Deserdação

4. DO INVENTÁRIO

4.1 Definição e processo do inventário

4.2 Arrolamento sumário.

4.3 Partilha e sobrepartilha.

Metodologia:

Aulas expositivas e participativas com a utilização dos recursos disponíveis na Unidade Universitária, tais como giz e lousa, quadro branco e caneta, data-show, além de debates, estudos em grupo, seminários, apresentações e outras formas.

Bibliografia:

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. V e VI. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: famílias. vol. 06. 11 ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil. Vol. VI e VII. São Paulo: 14ª ed. Saraiva, 2017.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. vol. 5 e 6. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Vol. VI e VII. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

AMORIM, Sebastião Luiz; OLIVEIRA, Euclides Benedito de. Inventários e partilhas: Direito das Sucessões teoria e prática. São Paulo: Leud, 2003.

CAHALI, Yussef Said. Divórcio e Separação. São Paulo: RT, 2007.

CARVALHO, Dimas Messias de. Direito das Famílias, ed. Saraiva, 4ª ed., 2015.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. São Paulo: Saraiva.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 5. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

FACHIN, Luiz Edson. Direito de Família. Elementos críticos à luz do novo Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de Direito Civil. Direito de Família – As famílias em perspectiva constitucional – vol. 06. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil esquematizado: responsabilidade civil, direito de família, direito das sucessões. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. Curso de Direito Civil. Ed. Freitas Bastos, 2000.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Vol. V e VII. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, José Sebastião. Fundamentos constitucionais do direito de família. São Paulo: RT, 2002.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Vol. V e VII. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Direitos Fundamentais. TAVARES, A. R., FRANCISCO, J. C. (coord.). Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SHÄFER, Jairo. Classificação dos Direitos Fundamentais: Do sistema geracional ao sistema unitário – uma proposta de compreensão. 3. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018.

Critérios de Avaliação:

1 – Avaliações periódicas: Serão realizadas, no decorrer do ano letivo, 04 avaliações cognitivas constantes de instrumentos variados, como provas orais, escritas, práticas, apresentação de trabalhos escritos e orais, seminários e/ou outros meios, apurando-se a média anual pela somatória das notas e a divisão pelo número de avaliações cognitivas, buscando a obtenção da média institucional.

2 – Prova optativa: Poderá ser desenvolvida por qualquer dos meios descritos no item 1, abrangendo todo o conteúdo aplicado durante o ano letivo.

3 – Exame final: Aos acadêmicos que porventura não lograrem êxito na obtenção da média igual ou superior a 6,0 (seis), será facultado submeter-se ao exame final, nos moldes exatos das normas que regulamentaram a matéria, cujo conteúdo abrangerá toda matéria estudada ao longo do ano letivo.

JOAQUIM CARLOS KLEIN DE ALENCAR
Coordenador de Curso

ALEXANDRE LIMA SIQUEIRA
Professor